



Análises

- 07/05/2011 - Um tiro no pé: A divisão na Costa do Marfim e um exemplo a não ser seguido** p.01

Como a colonização imperialista e a consequente partilha da África sem alguns critérios essenciais, dentre estes o compartilhamento étnico e religioso, pode ser entendido como um “tiro no pé” de um país, exemplificado pela Costa do Marfim, que ainda luta para conquistar uma unificação nacional.

- 07/05/2011 - Visita de Obama ao Brasil: um marco potencial entre a ideologia e o pragmatismo** p.04

Na visita de Barack Obama, presidente dos Estados Unidos, a presidente Dilma Rouseff observou que os últimos posicionamentos da política externa do país estavam ligados por uma “retórica vazia”. Embora a visão pragmática da parceria entre os dois países ainda resida no campo das intenções, a intensidade de acordos e diálogos centrados na área comercial e econômica resultantes da visita pode sinalizar um marco das relações e, ainda, amenizar provenientes falhas econômicas, sem a preocupação exclusiva de ganhos políticos e geopolíticos ao Brasil.

Texto Informativo

- 07/05/2011 - Desastres no Japão e a repercussão internacional da questão nuclear** p.08

No dia 11 de março de 2011, um grande terremoto atingiu o Japão. O subsequente tsunami devastou cidades no nordeste do país causando inúmeras mortes, milhares de casas destruídas e um prejuízo bilionário. O cenário tornou-se alarmante quando usinas nucleares na região explodiram, revisando a preocupação da segurança nuclear e da vulnerabilidade dos países quanto aos mais diversos fenômenos naturais.

Um tiro no pé: A divisão na Costa do Marfim e um exemplo a não ser seguido

Análise
África Subsaariana
Ana Cláudia Portilho Machado
07 de Maio de 2011

Como a colonização imperialista e a consequente partilha da África sem alguns critérios essenciais, dentre estes o compartilhamento étnico e religioso, pode ser entendido como um “tiro no pé” de um país, exemplificado pela Costa do Marfim, que ainda luta para conquistar uma unificação nacional.

Independentemente em 1960, esta ex-colônia francesa é um exemplo clássico dos problemas decorridos da divisão imperialista da África no século XIX. Com oito grandes grupos étnicos, este pequeno país da costa do Oceano Atlântico Africano, vem travando á meio século uma luta ferrenha em nome de um Estado que lhes foi dado¹, a Costa do Marfim.

O primeiro presidente da Costa do Marfim, Félix Houphouët-Boigny, era o líder político da então Reunião Democrática Africana (RDA) e defensor de um pan-africanismo. Os primeiros anos do país independente foram marcados com um otimismo no potencial da agricultura do cacau e de relativa abertura política, o que fizeram do recente país um receptor de mão-de-obra de outros países africanos limítrofes ao norte.

Houphouët-Boigny era líder carismático² e

¹ A Independência da Costa do Marfim se deu em 1960 fruto de negociação entre Boigny e a França.

² Carismático no sentido Weberiano da palavra: O portador do carisma assume as tarefas que considera adequadas e exige obediência e adesão em virtude de sua missão. Se as encontra ou não, depende do sucesso. Se aqueles aos quais ele se sente enviado não reconhecem sua missão, sua exigência fracassa. Se o reconhecem, é o senhor deles enquanto sabe manter seu reconhecimento mediante provas. Mas neste caso, não deduz seu direito da vontade deles, à maneira de uma eleição: ao contrário, o

herói nacional, já que havia conquistado a independência do país, e foi durante o seu governo que a figura de Alasane Dramane Ouattara surge como Primeiro Ministro. Como quase todos os grandes líderes políticos o maior problema diz respeito à sucessão, caso não diferente na Costa do Marfim.

Houphouët-Boigny morre em setembro de 1993. O espaço deixado pelo líder juntamente com a desaceleração da economia do país foram o estopim para uma luta de poderes, da qual ascendeu uma doutrina³ até então desconhecida, a Ivoirité. Tal doutrina veio suprir uma ausência muito grande no país, uma identidade comum. Construída como uma doutrina marfinense, este símbolo etnonacional determinava que somente fossem nacionais da Costa do Marfim somente filhos de marfinenses nascidos na Costa do Marfim. Conseqüentemente somente estes são elegíveis à Presidência. A nova doutrina tomou um viés diferente

reconhecimento do carismaticamente qualificado é o dever daqueles aos quais se dirige sua missão (Weber, 2004, p.328).

³ Para Norberto Bobbio, doutrina é o indicador de um conjunto de teorias, noções e princípios, coordenados entre eles organicamente, que constituem o fundamento de uma ciência, de uma filosofia, de uma religião, etc, ou então que são relativos a um determinado problema e, portanto, passíveis de ser ensinados (Bobbio, 2002, p.382).

do esperado, em vez de unir ela segregou ainda mais os diferentes grupos etnoreligiosos do país. Assim, o Norte, região originária de Ouattara, onde a população é de maioria mulçumana e com expressiva quantidade de migrantes, não se encaixava na doutrina corrente.

Tanto Ouattara quanto Laurent Gbagbo⁴ se candidataram às duas eleições presidenciais posteriores à morte de Houphouët-Boigny; nas duas ocasiões, Ouattara foi impedido de concorrer pelo princípio da Ivoirité. Gbagbo que fazia parte do grupo étnico dominante do sul do país, os católicos Bete, saiu vencedor da eleição de 1999. O resultado da eleição dividiu o país ao meio, já que os nortistas não aceitavam a condição de apatriados⁵ e começaram uma intensa guerra civil para tomada do poder.

A guerra civil perdurou por vários anos e incluiu vários atores secundários, como Burkina Faso, que por partilhar do passado étnico-religioso com os rebeldes do norte, tomaram partido no conflito, e a França, que por razões diversas juntamente com a ONU formaram a ONUCI⁶ para tentar manter a paz na região.

A esperança de solução do conflito veio com a assinatura do acordo de Ouagadougou⁷ em março de 2007 que visava à unificação do país e a realização de eleições. As eleições, no entanto levaram quase quatros para serem realizadas, devido tanto à guerra civil ainda incipiente quanto à processos burocráticos. Estas aconteceram no final do ano de 2010 e o segundo turno, onde o

embate ficou entre o atual presidente Gbagbo e o representante dos dissidentes nortistas Alasane Dramane Ouattara, elegeu o último como o quinto presidente da Costa do Marfim. Porém, o que parecia ser o começo de uma nova era no país foi logo abalado com o pronunciamento do Conselho Constitucional de que o vencedor do segundo turno seria Gbagbo.

A crise voltou a assolar o país⁸. A comunidade internacional, inclusive a Organização das Nações Unidas, reconheceu a vitória de Ouattara e pediram a retirada imediata de Gbagbo do poder. O impasse perdurou até o dia 11 de abril de 2011 com a forte intervenção⁹ da ONUCI e da França no país e com a captura de Gbagbo que estava escondido em um bunker na sua residência.

Qual o exemplo a ser tirado da Costa do Marfim? Sem sombra de dúvida que a etnia é a força motriz da política africana, muito decorrente do recorte feito pelos imperialistas na região. Dessa forma a marginalização de grupos étnicos diferentes é determinante no sucesso ou insucesso do corporativismo de qualquer país da região.¹⁰

⁴ Líder político da Front Populaire Ivoirien (Frente Popular Ivoiriense (FPI).

⁵ Os nortistas por não se encaixarem no Princípio da Ivoirité não eram, em sua maioria, considerados nacionais da Costa do Marfim.

⁶ A ONUCI foi formada em 2004 a fim de supervisionar o cumprimento dos acordos entre as facções rivais do país. Conta com 9.000 soldados com maioria africana e com o apoio de 1500 soldados franceses.

⁷ Capital de Burkina Faso.

⁸ As mortes decorrentes dos intensivos embates entre os rebeldes e o governo está na casa das centenas podendo chegar aos milhares.

⁹ O Brasil reprovou a intervenção.

¹⁰ Análise vinculada ao Grupo de Estudos do Atlântico Sul da PUC Minas.

Referência

OGUNMOLA, Dele; BADMUS, Isiaka Alani. **Política etnorreligiosa, conflito intra-estatal e o futuro da democracia na Costa do Marfim.** Contexto int., Rio de Janeiro, v. 26, n. 2, Dec. 2004 .

BOBBIO, Norberto. **Dicionário de Política.** 5^a ed. UNB: v. 2, Brasília, 2002

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**, vol. 1. 2004. 4 ed., Brasília, Ed. Unb; São Paulo, Imprensa Oficial

Estado de S. Paulo

<http://www.estadao.com.br/noticias/internacional,entenda-a-crise-na-costa-do-marfim-,702556,0.htm>

Folha Online

<http://www1.folha.uol.com.br/mundo/901249-mortos-na-costa-do-marfim-devem-aumentar-alertam-nacoes-unidas.shtml>

<http://www1.folha.uol.com.br/mundo/899287-brasil-reprova-ataque-da-onu-a-laurent-gbagbo-na-costa-do-marfim.shtml>

Palavras chave: Costa do Marfim, Alasane Dramane Ouattara, Laurent Gbagbo, ONUCI.



Visita de Obama ao Brasil: um marco potencial entre a ideologia e o pragmatismo

Análise
América
Rúbia Rodrigues
07 de Maio de 2011

Na visita de Barack Obama, presidente dos Estados Unidos, a presidente Dilma Rousseff observou que os últimos posicionamentos da política externa do país estavam ligados por uma “retórica vazia”. Embora a visão pragmática da parceria entre os dois países ainda resida no campo das intenções, a intensidade de acordos e diálogos centrados na área comercial e econômica resultantes da visita pode sinalizar um marco das relações e, ainda, amenizar provenientes falhas econômicas, sem a preocupação exclusiva de ganhos políticos e geopolíticos ao Brasil.

Entre os dias 19 e 21 de março o Brasil recebeu a visita do presidente dos Estados Unidos, Barack Obama. O Ministério das Relações Exteriores (MRE) possuía como expectativas a atenção em três principais focos: o econômico, o político e o social. Nesses termos, “o viés econômico [seria] estimulado pelo crescimento brasileiro, gerando possibilidades de parceria e cooperação, o político [seria] causado pelo papel do país na América Latina e o social [teria] como base as questões comuns que unem os dois povos”.¹

Essas três esferas foram tratadas com pesos distintos, ressaltaram-se de forma mais intensa os acordos firmados na área econômica, enquanto as outras áreas agiram conforme a intenção em desenvolver a conexão de interesses dos dois países.

De certa forma, a visita pode representar um marco, e, uma mudança dos posicionamentos perante os órgãos internacionais no período de Luiz Inácio Lula da Silva, ligeiramente corroborados pelo voto contra o Irã no Conselho de

Direitos Humanos da ONU², uma semana depois da visita. Esses fatos vão ao encontro dos elementos de solução pacífica de controvérsias, realismo e pragmatismo, defesa dos direitos humanos e da democracia: matrizes do acumulado histórico da diplomacia brasileira.

Comunicado Conjunto Brasil-EUA e Acumulado Histórico

Em uma declaração conjunta divulgada pelo MRE a visita do Obama no Brasil reforçou a parceria global entre os dois países, designou o G20 como o mais alto foro para coordenação das políticas econômicas e enfatizou a necessidade de reforma no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) de forma limitada aprimorando a efetividade e a eficiência. Neste ponto, percebe-se que não houve um apoio à pretensão brasileira em tornar-se um membro permanente do Conselho, houve sim, de acordo com Rubens Barbosa³, apenas uma “manifestação de

¹ MRE. Disponível em:
<<http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/selecao-diaria-de-noticias/midias-nacionais/brasil/agencia-brasil/2011/03/16/viagem-de-obama-ao-brasil-tem-focos-economico>>

² A proposta determina o envio de um relator independente para investigar a situação das garantias individuais no Irã

³ MRE. Disponível em:
<<http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/selecao-diaria-de-noticias/midias-nacionais/brasil/o-estado-de-sao-paulo/2011/03/29/resultados-da-visita-de>>

apreço” já que o Brasil ainda não teve sua “graduação na área política” e ainda se mantém na “percepção de um parceiro relutante”.

A declaração conjunta datada de 2005, na ocasião da visita de George W. Bush ao Brasil, enfatizava o aprofundamento do diálogo estratégico em curso nos dois países e se comparada com a declaração atual, pode ser analisado um avanço nas relações. Os Estados Unidos reconhecem que no cenário atual o Brasil possui “uma nova importância global nas áreas de meio ambiente, comércio e energia”⁴. Assim, a declaração apresenta um roteiro para uma nova parceria global e bilateral.

Em termos de criação de novas propostas e estratégias, a visita visou elevar o nível presencial de três principais focos de diálogo: o Diálogo de Parceria Global, o Diálogo Econômico Financeiro e o Diálogo Estratégico de Energia.

No estabelecimento de áreas estratégicas através do intercâmbio comercial foram bastante enfatizadas as questões da infraestrutura, energia e alta tecnologia. Nessas áreas, uma análise comparada evidenciaria a discrepância dos fatores internos aos países. No Brasil, por exemplo, o desenvolvimento dessas áreas é cada vez mais necessário já que o país possui uma carência histórica de uma infraestrutura consolidada e capaz de corresponder às demandas nacionais. Assim, ressalta-se a demanda pelo aprimoramento da infraestrutura do país já que sediará dois grandes eventos internacionais: a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016. Neste quesito, a tentativa do aprimoramento em envolver o setor privado entre os países trouxe a realização de uma reunião específica

obama>

⁴ MRE. Disponível em:

<http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/selecao-diaria-de-noticias/midias-nacionais/brasil/o-estado-de-sao-paulo/2011/03/29/resultados-da-visita-de-obama>

acerca desses fatores com o setor empresarial.

A tradição brasileira referente ao conceito de “parceria estratégica” envolve alguns elementos específicos que são condizentes com as expectativas na relação Brasil-EUA. Esse conceito é permeado pela noção de que essa parceria deveria envolver-se pela contribuição relevante ao processo de desenvolvimento imbuído pelo elemento da diversificação, como analisa Amado Cervo.⁵ Da mesma forma, espera-se que haja “um maior ganho do que concessão na troca com o parceiro, quando esse se situa em patamar superior de potencialidade”, o que é o caso dos Estados Unidos de forma geral, e nas áreas de energia, infraestrutura e tecnologia, no particular.

Os quatro seguintes acordos (Acordo-Quadro Bilateral para a Cooperação sobre o Uso Pacífico do Espaço Exterior, Acordo de Comércio e Cooperação Econômica⁶, acordo de cooperação em terceiros países⁷ e acordo de biocombustível para aviação⁸) conjugado aos grandes projetos de

⁵ Amado Cervo é professor titular na Universidade de Brasília. Em “Inserção Internacional: formação dos conceitos brasileiros” encontra-se um trabalho de fôlego acerca da relação entre o interno e externo, o Brasil e a ordem internacional numa perspectiva histórica da política externa brasileira (PEB).

⁶ De sigla Teca, este acordo possui como principal objetivo facilitar o acesso de produtos dos EUA e do Brasil aos dois países, além de criar mecanismos para examinar dificuldades nas questões comerciais, simplificar processos alfandegários e harmonizar normas técnicas.

⁷ Em sua maioria países africanos nas áreas de educação, segurança alimentar, agricultura, nutrição, saúde e fortalecimento institucional.

⁸ O Pentágono é o maior comprador de querosene de aviação do mundo e busca a segurança energética de biocombustíveis para aviação. Este elemento abre oportunidades para o setor privado brasileiro.

infraestrutura e a reconstrução da Base de Alcântara reforçam a iniciativa de conjugar os interesses dos dois países. Quanto às instituições internacionais os presidentes reafirmaram seu firme compromisso de levar a Rodada Doha da OMC “a uma conclusão exitosa, ambiciosa, abrangente e equilibrada”⁹. No âmbito regional, foi reiterado o compromisso de ambos os países na Organização dos Estados Americanos (OEA) e foi valorizado o diálogo entre os Estados Unidos e algumas instituições presentes na América do Sul: a União Sul-Americana de Nações (UNASUL) e Mercado Comum do Sul (MERCOSUL). Segundo Rubens Fonseca¹⁰, “dificilmente referências dessa natureza poderiam ser encontradas em comunicados conjuntos com os EUA nos últimos cinco ou seis anos”.

Entre outros temas estiveram presentes a preocupação com os direitos humanos, especificamente a consideração do projeto “Mulheres e Ciência” no combate à desigualdade de gênero um dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM)¹¹, a preocupação com o desenvolvimento da cooperação bilateral e multilateral no âmbito da segurança nuclear e com os usos pacíficos da energia nuclear.

⁹ MRE. Disponível em:

<http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/selecao-diaria-de-noticias/midias-nacionais/brasil/o-estado-de-sao-paulo/2011/03/29/resultados-da-visita-de-obama>

¹⁰ MRE. Disponível em:

<http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/selecao-diaria-de-noticias/midias-nacionais/brasil/o-estado-de-sao-paulo/2011/03/29/resultados-da-visita-de-obama>

¹¹ Os Objetivos do Milênio foram estabelecidos em 2000. Consistem em: (1) acabar com a fome e a miséria, (2) educação básica de qualidade para todos, (3) igualdade entre sexos e valorização da mulher, (4) reduzir a mortalidade infantil, (5) melhorar a saúde das gestantes, (6) combater a AIDS, a malária e outras doenças, (7) qualidade de vida e respeito ao meio ambiente, (8) trabalho de todos pelo desenvolvimento

Discurso à população

No dia 20, domingo, o presidente Barack Obama discursou no Teatro Municipal do Rio de Janeiro para a população brasileira. Entre fortes aplausos e elogios ao Brasil, Obama relembrou emotivamente suas primeiras impressões do país ao assistir com sua mãe o filme “Orfeu Negro”¹², ressaltou as semelhanças, principalmente históricas, entre os dois países e enfatizou seu objetivo em fortalecer a amizade entre as nações.

No discurso, Obama afirmou que o Brasil é uma “democracia plena” em que os indivíduos possuem liberdade de expressão e de escolha. Da mesma forma, disse que o progresso do povo brasileiro foi inspirador para o mundo, de modo que a democracia fosse compatível com o desenvolvimento do país. Essas características, para ele, fizeram com que o país pudesse avançar na restauração das consequências da crise financeira de 2008, e que, na esfera social, a democracia possibilitou o alcance das metas de justiça social e inclusão social.

Em relação à inserção internacional do Brasil, Obama enfatizou a importância brasileira nas instituições internacionais de proteção à segurança e promoção da prosperidade. Assim, a parceria entre Estados Unidos e Brasil seria considerada por ele, não a uma relação entre uma parte “sênior” e outra parte “júnior”, mas sim, uma parceria entre iguais, capazes de compartilhar valores e ideais essenciais.

Obama destacou também a necessidade de uma infraestrutura de “classe mundial” para o país, como sede da Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016, de forma que as empresas americanas pudessem preparar as cidades para um grande “êxito olímpico”. Por outro lado, relembrou os grandes

¹² “Orfeu Negro” (1959) é dirigido por Marcel Camus e é uma adaptação do livro de Vinícius de Moraes “Orfeu da Conceição”.



acontecimentos da conjuntura internacional, no Japão, devido às consequências do terremoto, e na Líbia, em que o povo luta contra o autoritarismo de Muamar Kadafi.

Por fim, o presidente deixou uma mensagem de bastante otimismo, elogiando a presidenta Dilma Rousseff e todo o país que, para ele, mostrou o que se pode entender por mudança.

O discurso em sua maioria foi condizente com os acordos firmados na esfera política do país e generoso com o Brasil e sua população. Entretanto, a perspectiva de que a relação dos dois países é uma “parceria entre iguais” não pode ser corroborada pelas evidências da relação bilateral entre os dois países e pela suas atuações no ambiente internacional.

Apesar dos Estados Unidos serem o principal parceiro histórico brasileiro, principalmente no âmbito do desenvolvimento econômico, as características políticas são bastante distintas. A PEB do governo Lula principalmente, marcada por motivações ideológicas, como observado pela própria presidente Dilma Rousseff, ocasionou em desencontros na política externa e comercial. Desta forma, a visita de Obama apresenta três principais desafios, como enfatiza Rubens Fonseca, no âmbito da busca por uma PEB mais pragmática, envolvendo: 1) de que forma conectar interesses comuns, 2) como modificar as percepções de Washington em relação ao Brasil e 3) como definir o que o nosso país quer da relação com os EUA.

<http://www.folha.uol.com.br/>

MRE - Declaração Conjunta Brasil-EUA

<http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/comunicado-conjunto-da-presidenta-dilma-rousseff-e-do-presidente-barack-obama-brasilia-19-de-marco-de-2011>

MRE - Resultados da Visita de Obama

<http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/selecao-diaria-de-noticias/midias-nacionais/brasil/o-estado-de-sao-paulo/2011/03/29/resultados-da-visita-de-obama>

MRE - Visita de Obama ao Brasil tem focos econômico, político e social

<http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/selecao-diaria-de-noticias/midias-nacionais/brasil/agencia-brasil/2011/03/16/viagem-de-obama-ao-brasil-tem-focos-economico>

Palavras-Chave: Política Externa Brasileira, Estados Unidos, Lula, Barack Obama, Dilma Rousseff

Referência

CERVO, Amado. **Inserção Internacional:** formação dos conceitos brasileiros. São Paulo: Saraiva, 2008.

Estado de S. Paulo

<http://www.estadao.com.br/>

Folha Online

Desastres no Japão e a repercussão internacional da questão nuclear

Texto Informativo

Ásia

Rafael Bittencourt

Rúbia Rodrigues

07 de Maio de 2011

No dia 11 de março de 2011, um grande terremoto atingiu o Japão. O subsequente tsunami devastou cidades no nordeste do país causando inúmeras mortes, milhares de casas destruídas e um prejuízo bilionário. O cenário tornou-se alarmante quando usinas nucleares na região explodiram, revisando a preocupação da segurança nuclear e da vulnerabilidade dos países quanto aos mais diversos fenômenos naturais.

Um cenário catastrófico levou a diversas reações da população mundial em relação ao uso de energia nuclear, à rede de apoio a catástrofes naturais e aos impactos econômicos e financeiros provocados pelo incidente.

Além das consequências materiais provocadas pelo terremoto de 9 graus na escala Richter¹, o desastre no nordeste japonês provocou grandes questionamentos, entre os quais, se a energia nuclear deve continuar a ser usada.

O terremoto teve seu epicentro a 373 quilômetros de Tóquio, próximo à província de Miyagi². Dele surgiu um tsunami com ondas de até 10 metros, que destruíram várias cidades na região nordeste da ilha. O terremoto atingiu ainda a usina nuclear de Fukushima Daiichi, provocando explosões em quatro dos seis reatores, além de ter provocado impactos nos outros dois restantes.

O desastre já conta com mais de 14.000 mortos e cerca de 12.000 continuam desaparecidos. Além disso, cerca de 140.000 ainda estão vivendo em abrigos provisórios³.

Como consequência do desastre, crescem os debates sobre a preparação e coordenação dos países para a ocorrência de fenômenos naturais de grande magnitude. Atualmente já existem instituições para esta temática, regulamentação por convenções acerca da Segurança Nuclear (CSN)⁴ e mobilização e cooperação internacional para as implicações de desastres em países menos desenvolvidos. Segundo o relatório do Banco Mundial e da ONU, "Natural Hazards, Unnatural Disasters" os riscos são naturais, mas, os desastres decorrentes, como mortes e destruição originam-se de atos humanos de omissão. Os desastres podem ser prevenidos, entretanto, a tomada de decisão em um ambiente de aumento mundial da demanda de energia, preocupação com as mudanças climáticas

¹ Escala Richter é o modo mais usual para medir quantitativamente o impacto de um terremoto, levando em consideração a quantidade de energia liberada. Por ser uma escala logarítmica de base 10, o aumento em um ponto na escala representa uma amplitude sísmica 10 vezes maior.

² BBC Brasil. Disponível em:
http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2011/03/110311_japao_terremoto_ewerton_pus.html

³ Estado de S. Paulo. Disponível em:
<http://www.estadao.com.br/noticias/internacional,japao-lanca-nova-busca-intensiva-por-corpos-de-desaparecidos-apos-terremoto,710430,0.htm>

⁴ A Convenção sobre a Segurança Nuclear entrou em vigor em 1996 após as catástrofes de Three Miles Land, nos Estados Unidos, e de Chernobyl, na Ucrânia.

e volatilidade dos preços do petróleo e gás se torna complicada dada a complexidade das variáveis que devem ser levadas em consideração na conjuntura internacional sem excluir a necessidade inerente aos contextos nacionais.

Consequências do desastre no Japão

Uma grande preocupação para o governo japonês e para a população, assim como para outros países na região, é a questão da radiação na atmosfera e na água.

O acidente nuclear foi classificado, na escala INES, como acidente grave, o que quer dizer que houve uma liberação grave de materiais radioativos com amplos efeitos para a saúde e o meio ambiente.

Um dos problemas enfrentados pelas autoridades é em relação ao vazamento de água com alto nível radioativo. Além disso, a radiação se dissipou para outras áreas, chegando, por exemplo, à China⁵.

A incerteza acerca do futuro e de possíveis novos eventos levou o governo brasileiro a patrocinar comboios para retirada de brasileiros da região, conhecidos como *dekassegis*⁶. Entretanto, para aqueles que desejam voltar, há o risco de serem hostilizados, por terem optado pelo “abandono” em um momento tão delicado do país.

O governo japonês foi criticado pela sua postura diante do ocorrido: a reação foi lenta, as informações, principalmente a respeito das explosões nucleares eram escassas, dados incorretos foram passados à mídia, dentre outros. Os centros preparados para receber os desabrigados sofriam com a escassez de comida e água, o que leva ao aumento da indignação da população.

⁵ Estadão. Disponível em:
<http://www.estadao.com.br/noticias/internacional,tepco-consegue-parar-vazamento-de-agua-contaminada-em-fukushima,702180,0.htm>

⁶ Dekassegis são os brasileiros que vivem no Japão. Estima-se que são cerca de 250 mil pessoas nesta condição.

Outra importante consequência é a psicológica. Segundo David Spiegelhalter, da Universidade de Cambridge⁷, o perigo da radiação vindo de um acidente, por ser invisível, misterioso, não compreendido, involuntário, associado com o câncer e más formações genéticas aumenta a sensação de perigo e vulnerabilidade dos indivíduos.

O terremoto seguido de tsunami e de explosões dos reatores de usinas nucleares também gerará consequências na economia. O Banco Mundial⁸ (BM) calculou, em relatório, que a recuperação pode levar até cinco anos e o prejuízo pode chegar a 235 bilhões de dólares. O governo japonês é ainda menos otimista: estima-se que as providências a serem tomadas custarão mais de 309 bilhões de dólares. O BM ainda reduziu em meio ponto percentual a projeção de crescimento econômico do Japão para 2011.

Outro impacto sofrido foi financeiro. A bolsa de Toquio já estava sofrendo quedas, motivadas pelas então crescentes tensões na Líbia e quedas nas bolsas americanas e europeias. Apesar de, após o terremoto, o Banco Central japonês ter injetado mais de 183 milhões de dólares no mercado, no primeiro pregão pós-terremoto as ações tiveram uma queda de 6,2%.

As consequências provocadas pelos acidentes nos reatores levantam um debate acerca do uso de tecnologia nuclear. Por um lado, o fato de a maioria das usinas nucleares terem suportado o desastre pode ser visto como um sinal de que a segurança é forte e compensa correr o risco devido à produção energética. Por outro lado, é possível pensar em uma

⁷ BBC Brasil. Disponível em:
http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2011/03/110318_analise_japao_tsunami_cc.shtml

⁸ BBC Brasil. Disponível em:
http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2011/03/110321_terremoto_prejuizos_pai.shtml



relativização da vida humana. A ideia é que a mesma deve ser pensada como fim e, por isso, não deve ser colocada em risco, ainda que o custo-benefício econômico seja positivo.

A AIEA, Agência Internacional de Energia Atômica, convocou a reunião da Convenção sobre a Segurança Nuclear, que irá durar aproximadamente 10 dias. Para Yukiya Amano, diretor da Agência, “a crise em Fukushima Daiichi tem consequências enormes para a energia atômica e deixa-nos confrontados a um desafio maior [o que origina a necessidade de] não poder retomar uma visão rotineira [da situação]”.⁹

Repercussão em outros países

Índia, Alemanha, Suíça e Áustria são alguns dos países que anunciaram mudanças em seus programas nucleares após o acidente em Fukushima. Vários governos da Europa convocaram reuniões de emergência para rever seus projetos nucleares e concordaram em fazer testes de segurança em suas usinas. A chanceler alemã, Angela Merkel, suspendeu um acordo para aumentar o tempo de vida de usinas nucleares, e na Rússia uma investigação será feita acerca do futuro do programa nuclear do país¹⁰.

O acidente provocou também inúmeras reações contra o uso da energia nuclear através da sociedade civil. Um exemplo foi o pedido da ONG Urgewald¹¹, para o fim do apoio alemão à construção da usina de Angra III, no Brasil.

A França, por sua vez, produz 80% de sua

⁹ AFP . Disponível em :

<http://www.google.com/hostednews/afp/article/ALeqM5i9K8UQ38hEAs6ejgTeynmognQfH_A?docId=CNG.b784413f83000616dda24915663acf14.1b1>

¹⁰ BBC Brasil. Disponível em:

<http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2011/03/110315_europa_nuclear_ji.shtml>

¹¹ A Urgewald é uma organização não governamental ambiental alemã. Mais informações: <<http://www.urgewald.de/>>

eletricidade a partir de energia nuclear e possui, portanto, grande interesse no tema. Seu presidente, Nicholas Sarkozy, propôs uma reunião do G20 para estabelecimento de regras internacionais mais claras para o uso de tecnologia nuclear¹².

O presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, indicou que o país não vai cortar investimentos para a energia nuclear. Segundo ele, a Comissão Reguladora Nuclear concluiu que o incidente de Fukushima não levará a níveis perigosos de radiação ao território do país¹³.

As Diversas Implicações dos Desastres Naturais

Apesar dos posicionamentos discrepantes na sociedade internacional acerca das mais diversas implicações dos desastres, sendo nucleares ou não, há uma série de iniciativas internacionais que tentam contornar os impasses que os fenômenos naturais podem causar. De ordem social, econômica e cultural, os resultados de fenômenos tão inesperados percorrem a esfera política com tentativas institucionais de governança global¹⁴ e não mais com o pessimismo anterior.

Conjugado a isso se tem os relatórios divulgados pelo IPCC¹⁵ que respondem a



¹² BBC Brasil. Disponível em:

<http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2011/03/110331_sarkozy_japao_nuclear_cc.shtml>

¹³ BBC Brasil. Disponível em:

<http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2011/03/110317_obama_nuclear_rc.shtml>

¹⁴ No conceito de Rosenau (2000, p. 15) implica em “atividades apoiadas em objetivos comuns, que podem ou não derivar de responsabilidades legais e formalmente prescritas e não dependem, necessariamente, do poder de polícia para que sejam aceitas e vençam resistências”

¹⁵ O IPCC, Intergovernmental Panel on Climate Change, foi estabelecido pelo Programas das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEP) e pela Organização Meteorológica Mundial

diversos questionamentos acerca das influências das mudanças climáticas na ocorrência de desastres naturais.

Em 13 de outubro do ano passado, Dia Internacional para a Redução dos Desastres Naturais¹⁶, a Diretora-Geral da UNESCO, Irina Bokova, enfatizou que alguns fatores determinantes podem multiplicar os efeitos das catástrofes naturais. O grau de desenvolvimento, a urbanização mal planejada, as mudanças climáticas, as casas e edifícios públicos de más qualidades, a manutenção insuficiente da infraestrutura e a pobreza de algumas comunidades são exemplos desses fatores. Para Bokova, a comunidade responde com seriedade às necessidades das vítimas dos desastres naturais, entretanto, a capacidade de redução do risco dos desastres, possibilitados pela compreensão científica e pela capacidade tecnológica não está sendo efetivada.

Com o intuito de correção desses males, em 2006 foi criada a Global Facility for Disaster Reduction and Recovery (GFDRR), uma parceria de 36 países¹⁷ e 6 organizações internacionais¹⁸ para ajudar

(WMO) com o intuito de prover uma visão científica clara das atuais mudanças climáticas, seu potencial no meio ambiente e seus impactos sócio-econômicos.

¹⁶ Mensaje de Irina Bokova, Directora General de la UNESCO, con motivo del Día Internacional para la Reducción de los Desastres Naturales 2010.

Disponible en:

<http://portal.unesco.org/geography/es/ev.php?URL_ID=13241&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html>

¹⁷ Austrália, Bangladesh, Bélgica, Brasil, Canadá, China, Colômbia, Dinamarca, Egito, Finlândia, França, Alemanha, Haiti, Índia, Irlanda, Itália, Japão, Luxemburgo, Malaui, México, Holanda, Nova Zelândia, Noruega, Portugal, Arábia Saudita, Senegal, África do Sul, Coréia do Sul, Espanha, Suécia, Suíça, Turquia, Reino Unido, Estados Unidos, Vietnam e Iêmen.

¹⁸ Banco Mundial, PNUD, International Strategy for Disaster Reduction, ONU, Cruz Vermelha, União Européia e African Caribbean and Pacific Group of States (ACP).

países em desenvolvimento a reduzir sua vulnerabilidade aos desastres naturais e adaptar às mudanças climáticas. Um trabalho resultante dos esforços da ONU e do Banco Mundial é o "Natural Hazards, Unnatural disasters: The Economics of Effective Prevention" que irá analisar as implicações, causas e consequências sociais, políticas e, sobretudo, econômicas dos riscos naturais. Neste trabalho são encontrados:

- (1) que os desastres expõem a região a implicações acumuladas de várias decisões individuais, coletivas tomadas antecipadamente e de forma falha, neste caso tem-se o mau planejamento das cidades ou a falta de planejamento urbano às classes menos favorecidas.
- (2) que a prevenção é possível e pode estar dentro da análise custo-benefício. Desta forma, os custos de preparação da cidade para eventuais riscos naturais, assim como, a construção de abrigos gastariam muito menos do que a reconstrução das áreas afetadas.
- (3) que os esforços públicos e privados devem trabalhar juntos para uma efetiva prevenção.
- (4) que apesar do aumento dos riscos nas cidades a vulnerabilidade não necessariamente precisa aumentar dado às tentativas de governança nesses fenômenos.

Apesar dessas conclusões não serem consideradas prescrições, deve-se considerar que uma resposta política de sucesso para uma efetiva prevenção deve incluir a informação, a intervenção e a infraestrutura para uma efetivação dos objetivos requeridos.

No caso do Japão, a terceira maior economia do mundo, há cidades preparadas para terremotos até uma determinada magnitude. No país, as proporções realizadas eram completamente inesperadas, assim como as implicações do ocorrido nas áreas onde ficam as usinas nucleares. Esses fatores indicam que apesar de grandes esforços

para a amenização das mazelas decorrentes dos fenômenos naturais não há isenção da ocorrência de desastres.

Países menos desenvolvidos são mais vulneráveis quando não possuem uma infraestrutura preparada, um sistema de coordenação eficaz para o abrigo das classes menos favorecidas e refugiados, ao mesmo tempo em que não possuem recursos suficientes para alocar na prevenção e correção dos desastres.

Uma alternativa nesses países é a utilização do Sistema Internacional de Cooperação ao Desenvolvimento (SICD) que engloba a AOD (Ajuda Oficial ao Desenvolvimento) que, ocupando uma grande parcela do PIB dos países mais desenvolvidos há a alocação de recursos para os países demandantes e o desenvolvimento de setores como o de infraestrutura. Entretanto, neste caso, como sinalizado pelos relatórios anuais do PNUD, o esforço dos países acerca da AOD carece de uma forma geral, de coordenação, de transparência e de planejamento.

Nos países em desenvolvimento, as condições internas oneram as tentativas de reconstrução. As consequências do sismo no Haiti em 2010, por exemplo, estão presentes até os dias atuais apesar dos esforços da comunidade internacionais, da ajuda humanitária de diversas instituições e da MINUSTAH¹⁹. Assim, mostra-se necessária uma maior coordenação entre os países acerca dos donativos levados aos países que necessitam da ajuda. Da mesma forma, os estudos na área indicam que a assimetria de informações dos atores envolvidos e as particularidades de cada país demandam uma análise acurada do caso para uma

correta tomada de decisão acerca da melhoria das condições de infraestrutura nesses países.

Considerações finais

Sobre os acontecimentos no Japão, alguns pontos se destacam. O debate internacional sobre o uso de tecnologia nuclear deve ser intensificado de modo a identificar melhorias no modo de produzir energia de forma segura.

Atualmente, o governo japonês enfrenta um impasse com relação às informações requeridas: apesar de haver a pressão para a sua divulgação acerca dos impactos dos acidentes, alguns detalhes e o modo de apresentação das informações podem levar ao desespero da população com relação aos desastres.

Outra grande dificuldade que o país enfrenta é a respeito da discussão sobre a matriz energética e sua reconstrução. Reconstruir o país requer energia elétrica, requer infra-estrutura. Mas a própria infra-estrutura foi destruída, com os reatores nucleares destruídos. O poder de geração elétrica está comprometido e será necessário que o país importe energia elétrica para viabilizar o recomeço.

Em relação ao debate sobre o uso de energia nuclear, um lado defende que, apesar dos riscos e do alto custo, a energia nuclear é uma alternativa forte para o Japão na busca por evitar combustíveis fósseis, dado que hidrelétricas não são viáveis para o país, justamente pela falta do espaço físico requerido para alagamentos. Além disso, a energia nuclear é limpa e é capaz de suprir, em pouco espaço, cerca de um terço da necessidade energética japonesa. Entretanto, para aqueles que não concordam com este pensamento, a energia nuclear é um meio arriscado de se obter energia. Seus acidentes, ainda que raros, possuem consequências além da tecnologia humana, o que pode ser muito negativo. Chernobyl é constantemente citado neste sentido, dado que vinte e cinco anos depois, a área continua isolada,

¹⁹ A Missão das Nações Unidas para a estabilização do Haiti (MINUSTAH) foi estabelecida em 2004 pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) por motivos políticos. Após a ocorrência do terremoto a missão reafirmou seu compromisso em ajudar na reconstrução do país. Em outubro de 2010 o CSNU ampliou o mandato da missão até outubro de 2011.

sem previsão para mudança. Os governos estão divididos neste sentido: enquanto países como Estados Unidos e Japão indicam que continuarão com o uso de energia nuclear, outros como a Itália e a Alemanha começam a se preparar para fazer mudanças em suas matrizes energéticas.

As reações dos desastres em cadeia ocorridos devem agora ter uma direção: a minimização das consequências para os próximos casos. Não é possível impedir um terremoto, ou tsunami. Mas, com organização e cooperação, é possível que tais eventos não sejam tão mortíferos e destrutivos. Vale ressaltar, no entanto, que o que aconteceu em março no Japão foi algo muito além do normal, tanto por causa da intensidade dos fenômenos naturais quanto pelo fato de terem acontecido simultaneamente.

Referências

Agência AngolaPress
<http://www.portalangop.co.ao>

AFP - Mundo deve mudar sua visão nuclear após Fukushima (AIEA)
<http://www.google.com/hostednews/>

AIEA
<http://www.iaea.org/>

BBC Brasil
<http://www.bbc.co.uk/portuguese>

Estadão
<http://www.estadao.com.br>

GFDRR - Global Facility for Disaster Reduction and Recovery
<http://www.gfdrr.org/>

IPCC - Intergovernmental Panel on Climate Change
<http://www.ipcc.ch/>

ISDR - International Strategy for Disaster Reduction
<http://www.unisdr.org/>

LOHBAUER, Christian. Governança Global: regras para ordenar um mundo anárquico. In: FUNDAÇÃO Konrad Adenauer Stiftung. **Governança Global: Reorganização da política em todos os níveis de ação**. São Paulo: Konrad-Adenauer-Stiftung Centro de Estudos, n. 16, 1999.

Natural Hazards, Unnatural Disasters: The Economics of Effective Prevention
<http://www.gfdrr.org/gfdrr/NHUD-home>

PNUD
www.undp.org
www.pnud.org.br

ROSENAU, James N. Governança, ordem e transformação na política mundial.
ROSENAU, James N.; CZEMPIEL, Ernst-Otto. **Governança sem Governo:** ordem e transformação na política mundial. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.

UNESCO
www.unesco.org
www.unesco.org.br

Palavras Chaves: Ásia, Desastres, Energia Nuclear, Fenômenos Naturais, Japão, Meio Ambiente



ConjunturaInternacional

Pontifícia Universidade Católica - MG

Presidente da Sociedade Mineira de Cultura: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Grão-Chanceler: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Reitor: Dom Joaquim Giovani Mol Guimarães

Vice-reitora: Profª. Patrícia Bernardes

Assessor especial da reitoria: Prof. José Tarcísio Amorim

Chefe de Gabinete do Reitor: Prof. Osvaldo Rocha Tôrres

Conjuntura Internacional

Chefia do Depto de Relações Internacionais: Prof. Danny Zahreddine

Coordenação do Curso de Relações Internacionais: Prof. Danny Zahreddine

Coordenação-Geral: Prof. Leonardo César Souza Ramos

Conselho acadêmico: Prof. Danny Zahreddine

Prof. Rodrigo Corrêa Teixeira

Profª. Liana Araújo Lopes

Membros: Carlos Roberto de Souza Junior; Déborah Silva do Monte; Gabriel Campos Fernandino; Márcia de Paiva Fernandes; Marina Scotelaro de Castro; Pedro Casas Vilela Magalhães Arantes; Rafael Bittencourt Rodrigues Lopes; Raquel Helen Santos Silva; Vinícius Tavares de Oliveira.

Os textos aqui divulgados são de inteira responsabilidade de seus autores e não representam a opinião oficial do grupo.

Av. Dom José Gaspar 500, Instituto de Ciências Sociais,
prédio 47, sala 105 - Coração Eucarístico - Belo Horizonte -
MG - CEP 30535-901 Tel: (31) 3319-4495 email:
cj@pucminas.br website: <http://www.pucminas.br/conjuntura>

